

SEMANA SIM

**Jorge Braz**

É seleccionador da equipa de futsal masculina desde 2010 e

elevou Portugal a número um como potência mundial e bicampeã europeia na modalidade.

**Jorge Miranda**

O professor de Direito e “um dos pais da Constituição de

1976” foi o escolhido pelo Presidente para presidir às comemorações do 10 de Junho, que este ano terão lugar em Braga.

**Pedro Sánchez**

O chefe de Governo de Espanha anunciou esta

semana a subida do salário mínimo de 965 euros para mil, com efeitos a 1 de Janeiro. É o terceiro aumento durante os seus mandatos.

SEMANA NÃO

**Francisca van Dunem**

A ministra da Administração Interna assumiu

falha de comunicação das novas regras que inviabilizaram a votação de milhares de emigrantes. “É absolutamente impensável”, admitiu.

**Pedro Frazão**

O vice-presidente do Chega e recém-eleito

deputado foi condenado no processo movido por Francisco Louçã, a quem havia acusado num tweet de receber uma avaria do BES.

**José Manuel Bolieiro**

Depois de ter sido absolvido pelo Tribunal

Judicial dos Açores de insolvência culposa da antiga empresa municipal Azores Parque, José Manuel Bolieiro, actual presidente do Governo Regional dos Açores, vai voltar a ser julgado.

Por Helena Pereira

INQUÉRITO PÚBLICO



RUI GAUDÊNCIO

“Sem acesso a metadados, Portugal continua a ser vulnerável

Luís Tomé, professor catedrático da UAL

As polícias portuguesas teriam capacidade para detectar um eventual ataque terrorista através de indícios na Internet sem o apoio de uma polícia estrangeira, como o FBI?

Sim, há em Portugal essas capacidades, como se comprova, aliás, por detenções no nosso país de suspeitos de ligação, recrutamento e apoio a grupos terroristas; de acompanhamento de pessoas que foram para a Síria e Iraque para se juntarem ao Daesh e até impedimento de outros viajarem para esse efeito; de monitorização de actividades

e contactos por suspeitos de terrorismo com cidadãos nacionais e/ou em território nacional e que foram detidos noutros Estados; e de pelo menos um caso em que foram as autoridades portuguesas a deter e a ajudar a impedir um grande atentado em França e a dismantelar essa célula terrorista. **O acesso a metadados pelas polícias, que tem sido chumbado pelo Tribunal Constitucional, é essencial para a detecção destes ataques?**

É óbvio que o acesso a “dados de base” do acesso à rede por utilizadores individuais — dados como origem e destino dos contactos e respectiva frequência e duração — e de localização de equipamentos são fundamentais.

É importante esclarecer que o acesso a metadados não significa o acesso ao conteúdo das conversas (isso só numa fase posterior de investigação), nem uma monitorização global e irrestrita, violando a privacidade e liberdades fundamentais — esse acesso tem de se cingir ao necessário e ser proporcional.

A questão é que a recolha de informações e indícios para esse tipo de actos (que não surgem obviamente anunciados assim pelos perpetradores...) implica, antes, e em regra, uma monitorização, e, portanto, um acesso mais abrangente a metadados para, então, se poder identificar e distinguir o que é e não é relevante.

É que prevenção não pode confundir-se com investigação. E

o facto é que sem verdadeiro acesso a metadados para produção de informações, Portugal continua a ter uma clara vulnerabilidade na prevenção comparativamente à generalidade de outros países. **Portugal recorre a polícias estrangeiras para ter acesso a metadados, contornando assim a lei?**

Primeiro, é inteiramente legal, normal e legítimo que forças e serviços de segurança nacionais tenham acesso a dados e informações fornecidos por forças e serviços estrangeiros.

Outra coisa é se acedem a dados ilegalmente e ficionam que isso resulta da partilha por polícias ou serviços estrangeiros. Se os serviços de informações e os seus oficiais estão impedidos legalmente de aceder a certos dados, mas se ainda assim, porventura, acedem a e recolherem informações relevantes, não o podendo canalizar legalmente, então podem ser tentados a ceder discretamente esses dados a um serviço congénere estrangeiro para que este os partilhe oficialmente com as autoridades nacionais. É uma hipótese teórica de circuito que pode ocorrer. Se, por essa via, se evitar, de facto, um atentado terrorista? É o tipo de dilemas que remete para a difícil equação entre segurança e liberdade, mas que a legislação nacional não equilibra devidamente pelos constrangimentos anacrónicos que perpetua. **Luciano Alvarez**

PROVA DOS FACTOS

A Iniciativa Liberal já tinha pedido para se sentar ao centro do hemiciclo há dois anos?

A frase

“[Há dois anos, a vontade da Iniciativa Liberal em relação à posição a ocupar no hemiciclo] nem foi considerada, e foi dado como facto consumado”

Fonte oficial da IL à agência Lusa

**O contexto**

A Iniciativa Liberal voltou a pedir junto do Parlamento que os seus deputados se sentem no centro do hemiciclo, lembrando que em 2019, quando o primeiro deputado liberal foi eleito, foi feito o mesmo pedido, tendo sido “ignorado”. O partido argumenta que os “liberais se posicionam no centro dos hemiciclos, não por uma questão simples de ‘esquerda versus direita’, mas por ser nesse formato o lugar mais distante dos extremos”.

Os factos

Em 2019, a decisão que saiu da conferência de líderes determinou que o deputado único eleito pela IL, João Cotrim Figueiredo, se deveria sentar na segunda fila, entre as bancadas parlamentares do PSD e do CDS. À data, a IL reclamou dizendo que “as conclusões da conferência de líderes demonstram uma vez mais o sentimento de propriedade que alguns têm da democracia” e criticando que se tenham tomado decisões “sobre deputados que não estão presentes” no momento da decisão.

Em resumo

É verdade que em 2019 a IL já tinha pedido para se sentar no centro do hemiciclo, tal como acontece com o PAN. Agora, o partido volta a insistir na mudança de lugar, desta vez cumprindo os formalismos, tendo apresentado como exemplos o Parlamento Europeu e outros parlamentos nacionais, nos quais os deputados liberais se sentam nas bancadas centrais dos hemiciclos. A IL falou ainda com o presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, que levou o assunto à última conferência de líderes. A decisão será conhecida a 16 de Fevereiro. **Liliana Borges**